

DEPOIMENTO

MEMÓRIA DO MESTRADO EM HISTÓRIA: 30 ANOS

Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas

Inicialmente, desejo agradecer o convite para estar aqui presente, quando se evocam os 30 anos do Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás. Sinto-me feliz e emocionada, até porque reencontro amigos e companheiros de trabalho, dos quais fortuitos caminhos da vida me afastaram. Sensibiliza-me, igualmente, a gentileza da nova geração de historiadores/ professores/pesquisadores, bem como o contato entre jovens e velhos, os que estão na linha de frente e os que recuaram para a sombra das lembranças, da memória, da história.

Participando deste encontro, proponho reportar-me às idéias e motivações que levaram à criação do Mestrado em História da UFG, no distante ano de 1972; e ensaiar um primeiro balanço: qual distância interpôs-se entre o sonho e a vida, entre o desejado e o real? Do impulso inicial, fundacional, o que ficou? O que permaneceu irrealizado, na poeira dos anos?

Minha ótica é a ótica da lembrança, inerente à velhice. Durante milênios e em diferentes culturas, os velhos foram tidos como “fonte onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara” (Chauí). No mundo capitalista e globalizado, todavia, o velho é encarado como alguém que não mais é produtor nem reproduzidor – e, como tal, é esquecido ou relegado, negando-se a ele o próprio estatuto da velhice, com eufemismos que vão da “terceira idade” à “melhor idade” e tolices que tais.

* Professora Doutora aposentada da Universidade Federal de Goiás.

Em verdade, a mulher, a criança e o velho são instâncias privilegiadas para o exercício das crueldades que dilaceram a nossa sociedade, impregnada de contradições e de culpa. Estas, por sua vez, dificultam o exercício das funções adstritas à velhice: unir o começo e o fim, ligar o que foi e o que está por vir, lembrar e aconselhar.

Não darei conselhos, mas ater-me-ei ao exercício da memória, como alargamento das fronteiras do presente. Como *recordadora* (Bosi) não estarei *re-vivendo*, mas esforçar-me-ei por *re-fazer* o outrora, para chegar à compreensão do agora.

É preciso acentuar, todavia, que a lembrança é uma imagem construída com materiais que estão à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (Halbwachs). Há sempre uma interpretação social da capacidade de lembrar; nas memórias dos idosos, identifica-se uma história social, característica de determinado tipo de sociedade, configurando quadros de referência familiar e cultural que se constituem na vida mesma do idoso.

Em seu significado mais geral, *memória* é a faculdade de conservar a lembrança do passado ou da coisa ausente. Este não é, porém, o único significado desse vocábulo polissêmico.

Memória e história evocam o passado e têm sido usadas como sinônimos. A matéria prima com que trabalham é a mesma, mas não se confundem: pelo contrário, a história começa onde a memória social acaba (D'Aléssio). Cada grupo tem a sua memória, que permanece viva com a comunidade que lhe dá suporte.

Há um distanciamento entre a história e o grupo ou comunidade a que a mesma se reporta. A memória é história viva e vivida – e permanece no tempo, renovando-se (D'Aléssio); não faz a ruptura entre o passado e o presente, porque só retém do passado “aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”.

A memória é um processo vivenciado e conduzido por grupos vivos, em evolução permanente. A história é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão: é representação do passado e não a sua vivência. Com a memória que ora registro, espero estar contribuindo para a história do Mestrado em História.

Pierre Nora desenvolve a idéia de que, no processo de *mundialização* em curso, os meios de comunicação de massa produzem a *aceleração do tempo*, ou seja, fazem com que a duração do fato seja a

duração da notícia. As vidas são conduzidas pelo novo, prevalecendo a “hegemonia do efêmero”: os acontecimentos sucedem-se e são registrados vertiginosamente. Em consequência, há também uma aceleração da história, que se torna permanentemente contemporânea. O passado vai cedendo lugar ao presente eterno, surgindo a ameaça de que indivíduos e sociedades percam sua identidade, já que esta tem como referências as experiências vividas no passado comum.

Vivemos a *aceleração histórica* resultante de mudanças que se processam em todos os campos. Os fatos como que nos atropelam: a revista semanal que os divulga fica obsoleta diante do noticiário da televisão; esta, por sua vez, perde terreno para as redes, os provedores, os faxes e os computadores. Nossos interesses ultrapassam a vizinhança, o bairro, a cidade – a mundialização chega aos nossos lares.

À ampliação geográfica dos nossos limites não corresponde o enriquecimento das nossas referências. Como construir nossa própria identidade – pessoal, profissional, social – diante do presentismo que nos avassala? Como refugir ao destino do homem a-histórico, enclausurado pelo fato novo e renovado, atropelado pelo momento que passa e mal deixa rastros?

Neste encontro, está subjacente a preocupação de preservar a memória: é preciso resgatar e aprisionar o fato, a lembrança – a *memória* – antes que a rapidez das mudanças os apague.

Na evocação dos primeiros tempos do mestrado são muitos os acontecimentos, as pessoas e as idéias a assinalar. Recuemos um pouco, para melhor contextualizá-los.

Os estudos sistematizados de História, em Goiás, iniciaram-se em 1948, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, embrião da Universidade Católica de Goiás. Anteriormente, estudiosos autodidatas dedicaram-se ao estudo e ao ensino da História, sendo de justiça assinalar a criação da Sociedade Goiana de Geografia e História, em 1918, em Bonfim (atualmente Silvânia), tendo à frente Henrique Silva e Americano do Brasil; e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 1932, na Cidade de Goiás, idéia antiga afinal realizada sob a liderança de Colemar Natal e Silva, que viria a ser o primeiro reitor da UFG. Nos anos 40, o cultivo da História expressou-se na criação da *cadeira* de História de Goiás, no curso normal do Instituto de Educação, que formava professores do ensino elementar (curso primário).

Em 1962, por ocasião das comemorações do primeiro aniversário da UFG, realizou-se a Semana de Planejamento, promovida pelo Departamento Cultural, que era dirigido pelo Professor Ático Frota Vilas Boas Mota. Dentre as palestras então proferidas, destacou-se a do Professor Agostinho da Silva, vinculado à Universidade de Brasília, vista como paradigma de arrojo e de competência.

O Professor Agostinho – com seu inconfundível sotaque lusitano – era um dos muitos intelectuais portugueses que, perseguidos pela polícia política, refugiaram-se no Brasil, onde semeavam idéias, enquanto sua terra definhava sob o jugo salazarista. Em sua exposição, ele estranhou a inexistência de estudos brasileiros em nossas universidades. Lembrou o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia; referiu o Centro Latino-Americano da Universidade do Rio Grande do Sul; e propôs que, em Goiás, fosse criado um Centro de Estudos Brasileiros, onde se estudasse o Brasil, em toda a sua riqueza e diversidade.

A sugestão, aceita pelo Conselho Universitário, resultou na criação do Centro de Estudos Brasileiros (CEB). De imediato, foi oferecido o curso de Cultura Goiana, de extensão; no ano seguinte, realizou-se o vestibular para o curso de graduação de Estudos Brasileiros, de caráter interdisciplinar. Para ministrá-lo, foram contratados professores de literatura, de artes, de ciências humanas, de geografia, de história e de antropologia – era uma iniciativa inédita e inovadora.

Em 1964, agentes infiltrados como alunos denunciaram o CEB como lugar de pregação marxista, antro de *subversivos*. Professores foram convocados ao 10º Batalhão de Cavalaria do Exército, para interrogatório, segundo métodos semelhantes aos da Gestapo. Houve pressões no sentido de que denunciassem companheiros; tais abusos levaram a reação contrária, de solidariedade aos colegas e resistência às intimidações.

O Centro de Estudos Brasileiros foi fechado no ano seguinte, sob a alegação de que se tratava do “ISEB de Goiás” – alusão ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do Rio de Janeiro, que os órgãos de segurança supunham fosse a matriz do CEB goiano. Ficou então resolvido – não sei se ao nível de Reitoria, do Ministério da Educação ou do 10º BC – que se criaria um curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da UFG, em que se matricularam os alunos do curso de Estudos Brasileiros. Os professores submeteram-

se a concurso, para contratação, se fossem aprovados; mas alguns colegas foram aposentados compulsoriamente.

Na Faculdade, começou então a funcionar o Departamento de Geografia e História, ao qual se vincularam as disciplinas e os docentes do curso. Algumas iniciativas acadêmicas marcaram essa época, como a realização de Semanas de Estudo de Geografia e de História. Pela primeira vez, depoimentos dos pioneiros de Goiânia foram gravados, inclusive o de Pedro Ludovico Teixeira, que então vivia momentos de ostracismo político.

Com a aprovação do Estatuto da Universidade Federal de Goiás, deveria esta reestruturar-se segundo os cânones da Reforma Universitária, em fase de implantação. Em 1968, a Faculdade de Filosofia foi desmembrada em diversas unidades, sendo uma delas o Instituto de Ciências Humanas e Letras. Fui convidada para coordená-lo, sendo depois eleita diretora, com a Profa. Gilka na vice-diretoria.

Com o apoio da Congregação, tiveram início os trabalhos de estruturação dos departamentos, revisão e atualização dos currículos, criação do colegiado de cursos, organização administrativa e orçamentária do Instituto – sem prejuízo das aulas, que transcorriam normalmente.

Nessa época, o corpo docente do ICHL era composto por professores jovens, em começo de carreira, cheios de idealismo e ambições intelectuais. Dadas as peculiaridades do momento, havia intensa fermentação ideológica que, de certa forma, afetava as atividades do Instituto, mas, a despeito disso, foi-nos possível realizar um trabalho profícuo, desenvolvido a partir do compromisso prioritário com a educação, a ciência e a cultura.

Ainda estávamos empenhados na consolidação do curso de graduação em Geografia e História, quando se realizou, no ICHL, o IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, promovido pela Associação Nacional de Professores Universitários de História – a ANPUH, cujo presidente era o Dr. Eurípedes Simões de Paula, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Reuniram-se em Goiânia mais de 700 professores universitários, historiadores e estudantes de pós-graduação e de graduação.

A existência de relações de amizade com os promotores do evento e o interesse destes pelo acervo documental dos arquivos goianos viabilizariam, em futuro próximo, a celebração de convênio entre a

Universidade Federal de Goiás e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, possibilitando a instalação dos cursos de mestrado em História e em Letras.

Na direção do ICHL, pensávamos em desenvolver áreas de excelência da Universidade: em primeiro lugar, os estudos de língua portuguesa, a língua nacional, instrumento fundamental para a expressão e a comunicação, em qualquer setor do conhecimento; em segundo lugar, o ensino e a pesquisa histórica; e, para completar, a área de antropologia, extremamente rica e sugestiva na região Centro-Oeste.

A pesquisa e a produção do conhecimento nesses setores nos pareciam necessários para ajustar os currículos dos cursos à realidade e às necessidades regionais. No caso da História, a abundância de documentação praticamente inexplorada nos arquivos goianos estava a exigir a formação científica de pesquisadores, historiadores e professores, o que somente seria possível com o funcionamento de curso de pós-graduação na área. Acreditávamos que esse *aggiornamento* de docentes e pesquisadores resultaria em processo multiplicador que, em círculos centrípetos, alcançaria os colégios de ensino médio e a própria sociedade, ampliando-se até regiões distantes, contribuindo para a valorização da cultura e da história regionais.

De outra parte, valiosos acervos documentais estavam abandonados, literalmente entregues às traças e aos cupins, ainda que alguns abnegados estudiosos e funcionários clamassem pela sua preservação. Entendíamos que a conscientização da importância dos arquivos seria difundida com o progressivo desenvolvimento de pesquisas acadêmicas; e que somente através de estudos pós-graduados seria possível formar especialistas e *scholars*.

Finalmente, no mais recôndito de nossas esperanças, desejávamos que a reescritura da História de Goiás, em bases rigorosamente acadêmicas, permitisse igualmente a reelaboração da História do Brasil, com o reconhecimento do papel desempenhado pela província/estado na manutenção da unidade e da integridade territorial e cultural do país.

A UFG desenvolvia, na época, ambicioso programa de formação e aperfeiçoamento de docentes, que eram incentivados a buscar os grandes centros acadêmicos, no país e no exterior – o que resultava muito dispendioso, sendo também difícil substituir os docentes que se licenciavam.

Como diretora e vice-diretora do ICHL, nós – eu e a professora Gilka – estávamos convictas de que era premente a necessidade de melhorar a formação dos nossos docentes, e, inclusive a nossa própria formação acadêmica. Nessa época, eu integrava o Conselho Federal de Educação, que há pouco disciplinara a pós-graduação no Brasil, numa época em que como é do conhecimento geral, inexistiam no país cursos regulares de mestrado e doutorado.

Com efeito, eram raras as instituições que conferiam o título de doutor; e não se ofereciam cursos de mestrado, mas somente os de pós-graduação *lato sensu*. Na Universidade de São Paulo, seguia-se o modelo francês, de defesa direta de tese, ou seja, com a orientação de um professor-doutor, o candidato desenvolvia pesquisas e elaborava tese, que era submetida a banca julgadora, designada pela Congregação da Faculdade. Outra modalidade de titulação – que era possível obter na UFG, mas em áreas restritas – era a livre-docência, que se alcançava com a aprovação de tese apresentada por docente que já fosse doutor.

Com os Pareceres 975/65 e 77/69, o Conselho Federal de Educação introduziu no Brasil a pós-graduação segundo o modelo vigente nas universidades norte-americanas, que, no século XIX, implantaram-no sob inspiração alemã. Os cursos de mestrado e doutorado passaram a exigir frequência a determinado número de disciplinas e a realização de trabalhos de pesquisa original, além de dissertação/ou tese orientada. No Conselho Federal de Educação, participei de seminários e debates sobre a importância da pós-graduação “como sistema especial de cursos exigido pelas condições de pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado (proporcionando ao estudante) alcançar elevado padrão de competência científica e técnico-profissional”. Convenci-me de que cursos desse nível seriam imprescindíveis para o desenvolvimento de pesquisas, sobretudo em áreas do conhecimento até então pouco cultivadas entre nós – ou cultivadas amadoristicamente – tais como letras, antropologia e sobretudo história. Resolvemos sugerir à Congregação do ICHL a criação de mestrados em História e em Letras, mediante convênio com a Universidade de São Paulo. Ainda que fosse ousada – quase temerária – a proposta foi aprovada por unanimidade.

O convênio tornou-se possível com o apoio do Professor Eurípedes Simões de Paula, nosso grande incentivador. Garantiu-nos que, formalizada a avença, cuidaria para que os professores visitantes da

USP fossem de primeira linha – e cumpriu a promessa. Aqui está a professora Laima Mesgravis, que fez parte daquele valoroso grupo de desbravadores...

A sessão de instalação do Mestrado, em 1972, deu-se no Clube Jaó, pois não dispúnhamos de local adequado para fazê-lo, uma vez que a sede do ICHL fora interditada por apresentar rachaduras que sinalizavam riscos à vida – e passáramos a funcionar em vários prédios, cedidos por diferentes unidades.

O Dr. Eurípedes era um ser humano extraordinário, que tinha o dom de harmonizar conflitos. Naqueles tempos temerários da década de 70, conseguia manter acesa a chama da docência e da pesquisa; era muito estimado e respeitado. Participou da Segunda Grande Guerra Mundial, como oficial da Força Expedicionária Brasileira; fez toda a campanha da Itália, onde também colheu dados para sua tese de doutorado e para trabalhos que publicou sobre História da Antiguidade, sua especialidade. Foi distinguido com as mais altas condecorações dos governos brasileiro e francês. Da UFG, por iniciativa nossa, recebeu o título de *Doutor Honoris Causa*, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados.

A busca de atualização e de aperfeiçoamento entre os docentes de História começara na década de 60, quando as professoras Maria Augusta Sant'Anna Moraes e Dalísia Elisabeth Martins Doles matricularam-se no curso de pós-graduação, *lato sensu*, em História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia da USP, que era dirigido pelo Professor Sérgio Buarque de Holanda. Semanalmente, iam e vinham; concluído o curso, partiram para o doutorado, com teses que versaram sobre temas da História de Goiás.

O caminho assim percorrido era de muito sacrifício, e buscou-se alternativa no convênio, para que as aulas fossem ministradas por professores da USP em Goiânia, com o que se beneficiaria razoável número de docentes locais. Os créditos das disciplinas cursadas seriam reconhecidos para eventual prosseguimento de estudos. A Professora Gilka Ferreira foi a primeira a obter o título de Mestre em História pela UFG. Na área de Letras, essa primazia coube à Professora Norma Simão Adad Mirandola; ambas prosseguiram os estudos e concluíram o doutorado na USP.

Em 1972, o Padre Luis Palacín Gomez – que era doutor em História na Espanha – defendeu tese de livre-docência intitulada: *Goiás. 1722-1822. Estrutura e conjuntura em uma capitania de minas* – publicada como *O século do ouro em Goiás*. Esta foi uma obra seminal – a partir desse momento, teve início uma nova fase da historiografia goiana. Palacín, com sua inteligência, sagacidade, perspicácia e ironia, foi um grande historiador, de sólida formação filosófica e real dedicação à pesquisa. Chegavam então até nós a *École des Annales*, o estruturalismo, o culturalismo.

Depois de ter interditado o prédio que o abrigava e perambular por vários destinos, o ICHL foi convocado a mudar-se para o novo *campus* que a Universidade estava construindo, para o que foi dado como pronto um dos pavilhões. Assim, o Instituto de Ciências Humanas e Letras – inclusive o curso de História – foi a primeira unidade a instalar-se no Campus Samambaia, ainda que em condições muito precárias. Os telefones funcionavam de forma intermitente. Havia dificuldade de transporte e de acesso; a estrada era péssima, lama e poeira por toda parte. Não existia estacionamento; não havia gramados, nem urbanização – por toda a parte, tocos de árvores, cupins, formigueiros.

Com a colaboração dos professores e dos estudantes – que, inclusive, carregaram carteiras durante a mudança – começamos a funcionar nessa sede ainda provisória, em 17 de maio de 1973. Nesse ano, retornaram os primeiros docentes que se tinham licenciado para doutorar-se em diferentes centros do Brasil e do exterior, e acreditava-se que a UFG estava madura para desenvolver sozinha os mestrados em História e em Letras. O convênio com a USP não foi renovado.

Muito mais haveria a dizer sobre esses tempos pioneiros, dos quais promana um sopro épico, condizente com os dias primeiros, com o começo, com a dilatação de fronteiras do saber. Nem tudo foram flores, pois a mediocridade também é inerente à natureza humana e muitas vezes chega a atrapalhar. Mas os resultados aí estão e é interessante sopesá-los.

Das intenções e esperanças iniciais – o que se terá conseguido realizar?

O Mestrado em História da UFG é um dos mais antigos do país. Das idéias que inspiraram sua criação, a formação de centros de excelência na Universidade materializou-se no Doutorado em Letras, no

Programa de Mestrado em História e no Museu de Antropologia, cuja criação propusemos à Reitoria, através de ofício de 1969, ocorrendo sua instalação e inauguração, na sede do ICHL, em 5 de setembro de 1970. Sem favor, é hoje o Museu uma das mais respeitadas instituições da sua área.

A formação de especialistas e pesquisadores qualificados é uma realidade: aí estão as dezenas de dissertações elaboradas ao longo desses trinta anos, formando um diversificado *corpus* de estudos, em que predominam a história regional e local. Em 1973, preocupada com a necessidade de publicação dessas dissertações, dirigimos expediente ao presidente do Banco do Estado de Goiás, que anunciara a disposição de apoiar a cultura, sugerindo-lhe patrocinar a edição de coleção semelhante à *Brasiliana*, em termos regionais, a partir dos trabalhos desenvolvidos por professores do Mestrado em História e pelos mestres nele formados (Ofício nº 268/73, de 30/5/1973). A sugestão continua como esperança não concretizada.

Do ponto de vista da contribuição do mestrado para a valorização e a preservação dos acervos documentais de Goiás, o saldo é igualmente positivo, sobretudo no que diz respeito à formação de uma consciência coletiva de reconhecimento da importância desses acervos e dos vestígios materiais da cultura goiana: monumentos, artefatos, sítios, vestígios etc. Relativamente ao aperfeiçoamento de docentes, são evidentes os reflexos positivos do mestrado em História sobre os cursos de graduação e pós-graduação em História e em áreas conexas, tanto da Universidade Federal de Goiás, como da Universidade Católica, da Universidade Estadual – e seus *multicampi*, com destaque para Anápolis e Cidade de Goiás. Sua esfera de influência estende-se aos estados de Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. No ensino elementar e médio, a nível estadual, essa influência reflete-se, inclusive, em plano de carreira que valoriza a pós-graduação, em suas modalidades *lato sensu* e *stricto sensu*. Nossos mestres e especialistas estão em toda a parte: nas secretarias de estado, nos órgãos de planejamento, nas reitorias, nas fundações e nos institutos de pesquisa, nos municípios: é uma colheita de que nos podemos orgulhar.

Não disponho de informações sobre a desejada influência dos estudos e pesquisas de História Regional sobre os currículos, nos diversos níveis de ensino. Parece-me evidente, contudo, que a realidade editorial

está a exigir a edição de livro de História de Goiás, em moldes atualizados, inclusive com o aproveitamento de pesquisas desenvolvidas no mestrado. Essa iniciativa poderá levar à desejada – e jamais realizada – revisão da História do Brasil, com a incorporação de Goiás e dos goianos como sujeitos dessa História.

Ainda há muito a ser feito. A obra humana é soma de gerações: o programa de Mestrado em História da UFG precisa de maior reconhecimento das instâncias avançadas da ciência histórica, em nosso país e no exterior, bem como de efetivo apoio e incentivo dos órgãos financiadores de pesquisa. Esse reconhecimento e apoio resultam da qualidade dos trabalhos produzidos, mas também de sua divulgação e da imagem institucional que o programa projeta, tanto no seu dia-a-dia, como nos relacionamentos intra e extra-universidade. Vejo como auspiciosa a determinação de buscar-se a implantação do doutorado em História – até porque, na área de Letras, este já é uma realidade.

Encerrando meu *re-fazer*, quando olho para trás, lembro Garcia Lorca ao perceber o tempo atulhado de objetos sem sentido, e é difícil separar o que é realmente significativo daquilo que é despovoado de memória. Peço desculpas se, em determinados momentos, não foi possível desconhecer os marcos do tempo biográfico no tempo solar transcorrido. Afinal, cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva (Halbwachs).

Olhando as marcas do tempo nos companheiros aqui presentes – pessoas que, como eu, são “cronologicamente dotadas” – encerro lembrando que a memória *re-feita* é trabalho que *re-elabora* o trabalho, que remete a pessoas mais do que a esquemas ideológicos ou filosóficos, porquanto evoca crenças, lutas, suor, alegrias, realizações e decepções, vitórias e derrotas. Como fez Ecléa Bosi em seu memorável livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, encerro com uma afirmação simples, que é também homenagem:

Eles trabalharam. Nós trabalhamos.

Goiânia, 19 de novembro de 2002

Profa. Dra. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas